

PROJETO EDUCATIVO



1948 • 1998

ESCOLA SECUNDÁRIA
FILIPA DE VILHENA



Mais informados, mais capazes, mais livres

Revisto em Conselho Pedagógico de 10 de julho de 2019

Aprovado no Conselho Geral de 18 de julho 2019

ÍNDICE

1. Introdução – O papel do Projeto Educativo na consecução da nossa missão	3
2. De onde vimos?	4
3. Quem somos?	5
3.1. Como nos vemos	5
3.2. População escolar	6
3.3. Corpo docente	6
3.4. Pessoal não docente	6
3.5. Recursos / Instalações.....	7
3.6. Biblioteca (BE):	7
3.7. Projetos / Atividades de enriquecimento curricular.....	7
3.8. Protocolos e parcerias	8
3.9. Oferta formativa	8
4. Contexto – análise SWOT.....	9
5. Para onde vamos?.....	10
5.1. A escola que queremos ser	10
5.2. Que caminho seguir.....	11
5.3. Educação para a Cidadania.....	11
5.4. Educação Inclusiva	11
5.5. Plano de internacionalização	12
5.6. Instrumentos operacionalizadores	12
6. Plano global de ação estratégica para os próximos anos.....	14
6.1. Domínios de intervenção a privilegiar, metas, objectivos estratégicos e ações a desenvolver.....	14

7. Como avaliamos os resultados	23
8. Conclusão	25

1. Introdução – O papel do Projeto Educativo na consecução da nossa missão

O Projeto Educativo de Escola é um documento identitário, com projeção no futuro, que atua, de modo coerente, sobre a prática docente e a ação dos outros elementos da comunidade educativa. Define grandes linhas e orientações estruturantes, prevendo os seus próprios mecanismos de autorregulação, tendo como base a legislação em vigor. A sua definição deve traduzir a realidade escolar, tal como ela é vista pelos seus intérpretes na comunidade. Este documento deve representar um acréscimo de sentido e favorecer a coesão no trabalho a realizar no próximo triénio.

“O Projeto Educativo constitui um documento objetivo, conciso e rigoroso, tendo em vista a clarificação e comunicação da missão e das metas da escola no quadro da sua autonomia pedagógica, curricular, cultural, administrativa e patrimonial assim como a sua apropriação individual e coletiva.”

Decreto-Lei n.º 137/2012, 2 de julho

A nossa **missão** tem como princípio primeiro a preparação de cidadãos dotados dos valores estruturantes da nossa sociedade - a democracia e o humanismo –, estimulando o desenvolvimento da solidariedade, da tolerância, da responsabilidade e do rigor, bem como dos imprescindíveis conhecimentos e das necessárias competências para um bom desempenho profissional ou uma correta opção em termos de formação superior.

A missão a que nos propomos deverá ser desenvolvida num quadro organizativo e pedagógico que promova a equidade para todos os alunos, para que a Escola não se transforme em mais um fator socialmente diferenciador.

A **visão**, traduzindo o destino para o qual queremos caminhar, será a de uma escola que se constitua como um espaço de referência, de permanente procura de melhoria, visando a excelência, consubstanciada no **lema** que nos tem acompanhado “**Mais informados, mais capazes, mais livres!**”

Como referido no Projeto de Intervenção da diretora:

“Na educação, setor estratégico para o futuro de qualquer sociedade, as consequências serão continuadas no futuro. O que hoje fizemos com a educação das nossas crianças e jovens e com a formação dos nossos professores, o que fizemos com a estruturação e organização da rede de ensino e da dinâmica de cada escola, e de todas em conjunto vai ter implicações no médio e longo prazo. Esta é, pois, uma preocupação que tem de ser de toda uma sociedade. A formação dos futuros cidadãos num contexto onde o conhecimento e a tecnologia são determinantes, mas estão em constante evolução, onde o emprego e toda a atividade profissional deixaram de ser para toda a vida, obriga a muito mais do que instrução e ensino de conceitos, implica o desenvolvimento de cidadãos, críticos, interventivos e autónomos, com capacidade de aprendizagem ao longo da vida.”

Assim, todo o trabalho desenvolvido na Escola terá que ter um ponto comum: o aluno. Sabemos que a escola existe porque há alunos que a procuram, que o trabalho que com eles desenvolvermos será projetado nos cidadãos adultos que estes irão ser. Atualmente não é fácil dar resposta à heterogeneidade da população que nos procura. É a certeza da necessidade de ajudar todos a construir os seus sonhos, que nos orienta no nosso trabalho e, portanto, na construção deste documento. Para isto é necessário que toda a “Filipa” se envolva no Projeto que é de todos.

2. De onde vimos?

A Escola tem a sua origem em 1898, com a criação do curso preparatório para ingresso no Instituto Industrial e Comercial. Desde então, a Escola teve várias designações – Escola Preparatória Mouzinho da Silveira (1919-1930), Escola Comercial Mouzinho da Silveira (1930-1948), Escola Comercial Filipa de Vilhena (ESFV) pelo Decreto-Lei n.º 37029 de 25 de agosto de 1948 (1948-1974), e, finalmente, na sequência das mudanças que abril de 1974 trouxe, Escola Secundária Filipa de Vilhena –, tendo funcionado, transitoriamente, em diferentes edifícios distribuídos pela cidade do Porto até se instalar no atual edifício, inaugurado em 28 de maio de 1959 e situado na rua do Covelo, freguesia de Paranhos.

A Escola, localizando-se na freguesia mais populosa do concelho do Porto - Paranhos -, implanta-se numa zona de grande concentração de alojamento com uma oferta diversificada, tanto em termos de tipologias espaciais como da estrutura socioeconómica das populações residentes. A freguesia constitui uma área de elevada acessibilidade (proximidade da Via de Cintura Interna), no contexto urbano e regional, o que permite à ESFV beneficiar e potenciar a respectiva localização geográfica. A freguesia destaca-se, igualmente, pela forte concentração de serviços ligados à educação (Pólo Universitário da Asprela) e à saúde (Hospital de S. João e IPO) que a transformam num dos principais polos de oferta de emprego de toda a Área Metropolitana do Porto. De referir, ainda a existência de áreas de comércio tradicional que marcam a dinâmica e o quotidiano da freguesia, a exemplo do eixo Marquês/Costa Cabral e Constituição/Antero de Quental. Estas características, nomeadamente a enorme densidade populacional e a grande diversidade socioeconómica traduzem-se na sua população escolar que tem origem quer em bairros camarários, quer em áreas residenciais da classe média-alta. Além dos alunos oriundos desta freguesia, há ainda os que vêm de outras freguesias da cidade, ou mesmo dos seus arredores.

3. Quem somos?

3.1. Como nos vemos

Sabemos algumas coisas acerca de nós mesmos. Tal é a condição indispensável para poder também interpretar e interagir com o mundo à nossa volta. Definimo-nos com algumas características que sentimos que nos dão identidade, que nos tornam diferentes e complementares, peça de um conjunto mais alargado, ao nível da comunidade local, da cidade, do país e do mundo.

Entre esse conjunto de características identitárias, destacam-se algumas de domínios mais objetivos (o património que temos, um capital com valor económico mensurável e reconhecido) e outras de domínios mais subjetivos (capital humano/intelectual e social, constituído por aquilo que sabemos, quem conhecemos, as redes de contactos e de cumplicidades e influências que estabelecemos).

Nos últimos anos, alterações sucessivas do corpo docente têm obrigado a um reforço do trabalho de integração de vários docentes novos na Escola, a que é preciso dar continuidade. A importância de transmissão das referidas características identitárias será tão determinante quanto a capacidade de mudar/incorporar outras de acordo com o novo corpo docente.

Definimo-nos como possuidores de um capital social positivo, feito de confiança e esperança e de um optimismo realista. Este conjunto de dados talvez esteja na origem de uma poderosa marca da nossa individualidade, a que hoje se chama *resiliência*. Significa tudo isto um modo de ser, ao mesmo tempo, firme e dúctil, capaz de se moldar a novas circunstâncias, resistindo e adaptando-se, flexivelmente.

Instituímos um sentimento de responsabilidade, obrigação, prestação de contas a nós, aos outros, à comunidade. Este é o resultado da combinação da capacidade de antecipação com capacidade de improviso, só possível se cada um souber muito bem quais as suas responsabilidades.

Por isso, assumimos que temos resiliência organizacional porque cultivamos a transparência e nos regemos por regras claras, aplicadas a todos. Fazemos questão de ter respeito uns pelos outros, confiamos, procuramos soluções em vez de buscar culpados. Temos uma cultura de disponibilidade, de cooperação, de modo formal ou informal, com pessoas de toda a comunidade escolar. Valorizamos a cooperação, temos lealdade organizacional, promovemos a escola junto de entidades externas, a sua defesa perante ameaças externas e mantemos o empenhamento mesmo em condições adversas. Além disso, encorajamos, sempre que oportuno, a iniciativa individual, a criatividade e a inovação.

Finalmente, e como ficou bem patente nos relatórios das avaliações externas, sabemos que a nossa identidade se funda num forte sentido de pertença resultante de laços de solidariedade, do espírito de equipa, da tolerância, do respeito pelas diferenças individuais e da noção do coletivo.

A qualidade das pessoas que trabalham na escola e o modo de relacionamento entre elas faz a diferença. Manter uma atitude positiva em tudo o que fazemos, mesmo quando há dificuldades e erros, é o nosso modo de ser. Sabemos que pessoas felizes trabalham melhor e conseguem melhores resultados.

O objetivo final é a melhoria contínua, a excelência como valor, não como um estado transitório. Assim nos revemos na nossa missão educativa.

3.2. População escolar

A procura para matrícula na nossa escola tem-se mantido, nos últimos anos. A população escolar tem ultrapassado os 1200 alunos.

Do total de alunos da Escola, são subsidiados pelos Serviços de Ação Social Escolar (ASE) mais de 25%. Há ainda mais de cinco dezenas de alunos com Bolsas de Mérito.

Sendo a maioria dos alunos da escola de nacionalidade portuguesa, há a preocupação de integração total de alunos de outras nacionalidades, nomeadamente alemã, croata, brasileira, angolana, cabo-verdiana e chinesa.

A escolaridade dos pais dos alunos situa-se, predominantemente, ao nível do 9.º e 12.º anos de escolaridade, seguida de habilitações académicas de níveis de ensino pós-secundário e superior.

Desde 1990 está constituída uma Associação de Estudantes com estatutos publicados em Diário da República e que tem dinamizado atividades culturais, desportivas e de solidariedade. Tem havido sempre uma grande participação dos alunos nas respetivas eleições, com várias listas a concorrerem. Consideramos que este é um passo, muito importante, para a formação cívica dos nossos alunos.

Constituída legalmente em 1993, a Associação de Pais e Encarregados de Educação dos alunos da Escola Secundária Filipa de Vilhena participa ativamente na vida da escola e tem sido um importante aliado na difusão de informação bem como na resolução de alguns problemas.

3.3. Corpo docente

O corpo docente da Escola caracteriza-se pela experiência profissional, com cerca de 100 professores. A média de idade ultrapassa os 52 anos, o tempo de permanência médio na escola é de cerca de dez anos e a média de anos de serviço é de 25,5 anos.

Dos Serviços Especializados de Apoio Educativo fazem parte o Gabinete de Educação Especial (com um docente) e o Gabinete de Psicologia e Orientação (com contratação anual de recurso humano).

3.4. Pessoal não docente

No que concerne ao pessoal não docente, a Escola dispõe de 28 elementos distribuídos pelas carreiras de “Assistente Técnico” e “Assistente Operacional”.

O Pessoal dos Serviços de Administração Escolar é constituído por uma chefe dos serviços administrativos e sete assistentes técnicos.

O Pessoal dos Serviços Auxiliares é constituído por uma coordenadora e dezanove assistentes operacionais.

3.5. Recursos / Instalações

A edificação da escola remonta ao ano de 1958, sendo uma construção escolar típica das escolas do Estado Novo, que era constituída por um edifício principal de três pisos e um outro de dois pisos onde se encontrava a cantina e um dos ginásios.

Em outubro de 2010 foi concluída a requalificação de todo o espaço escolar no âmbito do Projeto de intervenção da empresa Parque Escolar que duplicou a sua área coberta e melhorou significativamente as condições físicas, os equipamentos e, conseqüentemente, aumentou muito o nível de satisfação da comunidade escolar. A organização dos espaços foi também alterada, salientando-se uma lógica de funcionalidade nesta distribuição.

A Escola tem neste momento 29 salas de aulas equipadas com projetor e/ou quadro interativo, 4 salas de Informática, uma sala de Informática polivalente, 3 salas de Artes, 1 sala de Educação Tecnológica, 5 laboratórios devidamente equipados para as áreas de Biologia, Geologia, Física, Química e um polivalente, um ginásio, uma sala de Educação Física, campos desportivos exteriores e uma sala de Expressões. Tem uma ampla zona de lazer onde se encontram o bufete, a cantina, a loja escolar, a sala da Associação de Estudantes e a Rádio Escolar. No edifício principal, o piso zero concentra toda a área de gestão e administração bem como a biblioteca escolar.

Quanto aos recursos financeiros, a escola é sustentada pelo Orçamento de Estado, que suporta os vencimentos dos professores e funcionários não docentes e que atribui à escola duodécimos para despesas correntes, e por verbas provenientes do POCH para pagamento de despesas inerentes ao funcionamento do curso profissional. A escola gere também um orçamento privativo, sustentado essencialmente pelas receitas do aluguer de instalações e da gestão do bufete.

3.6. Biblioteca (BE):

A Biblioteca assume-se como um espaço pedagógico e um recurso educativo de livre acesso, que apoia o desenvolvimento curricular, a leitura e literacias da informação, as atividades livres, extracurriculares e de enriquecimento curricular, sendo também um espaço para ocupação de tempos livres e de lazer.

Integrada na Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) no ano 2001 e membro da Rede de Bibliotecas Escolares do Porto (RBEP) desde 2007, a biblioteca, construída de raiz com as obras de requalificação da escola, está localizada no piso zero, junto ao átrio, e é um espaço de fácil acesso, amplo, moderno, confortável e bem equipado, aberto a toda a comunidade escolar.

Organizada em Áreas Funcionais, pratica um horário contínuo de 2.^a a 6.^a feira, cobrindo todo o período letivo, com atendimento sempre assegurado por assistentes operacionais e professores.

A biblioteca está representada no Conselho Pedagógico pela professora bibliotecária, que possui habilitações específicas para o desempenho do cargo.

O fundo documental é variado, inclui diferentes suportes, e a sua atualização tem sido alvo de investimento.

O tratamento técnico documental é feito segundo as regras biblioteconómicas e o catálogo está informatizado e disponível *on-line*. Pratica-se o serviço de empréstimo presencial, para uso na escola e domiciliário, estando este serviço também informatizado.

3.7. Projetos / Atividades de enriquecimento curricular

A Escola envolve-se todos os anos em projetos, anualmente atualizados no anexo 1, que considera serem importantes oportunidades para os alunos. Mais do que a preocupação com desenvolver um número elevado de projetos e atividades, procura-se, através de uma gestão eficaz, proceder a uma seleção que traga aos nossos alunos competências/conhecimentos/recursos/experiências que a Escola teria dificuldade em lhes proporcionar.

São exemplo de Projetos que têm sido desenvolvidos:

- Educação para a Saúde
- Sistema de Escolas Associadas da Unesco
- Núcleo da Amnistia Internacional
- Oficina de Expressão Dramática
- Projeto “Padrinhos e Afilhados”
- Desporto Escolar
- Porto de Futuro
- Parlamento dos Jovens
- DELF Scolaire
- Junior Achievement

3.8. Protocolos e parcerias

Têm sido estabelecidos protocolos no âmbito da formação de professores com as Faculdades de Desporto e Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Para assegurar a formação em contexto de trabalho dos alunos dos Cursos Profissionais são realizados, em cada ano, protocolos com organizações diversas, nomeadamente instituições e empresas. Alguns exemplos de organizações envolvidas: Junta de Freguesia de Paranhos; Centros sociais e IPSS; equipamentos sociais privados e públicos, das áreas da Educação de Infância e Juventude e do Acompanhamento de Pessoas Idosas; escolas básicas, colégios e faculdades; empresas ligadas às áreas de informática, de segurança e higiene do trabalho e escolas profissionais.

No âmbito do Plano Anual de Atividades da Escola temos tido a colaboração de faculdades – como a de Faculdade de Enfermagem do Porto, a Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto, assim como o Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar –, a Câmara Municipal do Porto, o Centro de Educação Ambiental da Quinta do Covelo, Centro de Investigação de Atividade Física, Saúde e Lazer da Faculdade do Desporto na Universidade do Porto, o Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto VI – Porto Oriental e a Unidade de Saúde Familiar de Faria Guimarães.

3.9. Oferta formativa

Cursos Diurnos

- 3.º Ciclo do Ensino Básico
- Ensino Secundário
 - Cursos Científico-Humanísticos
 - Ciências e Tecnologias
 - Ciências Socioeconómicas
 - Línguas e Humanidades
 - Artes Visuais
 - Cursos Profissionais
 - Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos

4. Contexto – análise SWOT

Através de uma análise SWOT, é feita uma análise do contexto, interno e externo, da Escola Secundária Filipa de Vilhena. Esta análise, no que se refere ao contexto interno, é feita nas quatro vertentes que são contempladas no Plano de Ação Estratégica.

1. Análise interna		
Domínios	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Ensino-aprendizagem e formação para a cidadania	<ul style="list-style-type: none"> Resultados escolares superiores à média nacional e ao valor esperado Desenvolvimento de diferentes estratégias de apoio a alunos, adaptadas em cada ano Diversidade e qualidade de atividades de enriquecimento curricular/projetos com e para os alunos Práticas de trabalho colaborativo entre os docentes na preparação de aulas e momentos avaliativos Bom clima de aprendizagem e de convivência cívica que contribui para o bom comportamento dos alunos 	<ul style="list-style-type: none"> Inexistência de um quadro de técnico de psicologia Corpo docente com algumas resistências à implementação de mudanças nas estratégias pedagógicas Pouca prática de uma cultura de divulgação de boas práticas e de experiências de sucesso que motivem e contagiem a continuação desse percurso Corpo discente nem sempre no percurso formativo mais adequado, conduzindo a desmotivação
Organização curricular, pedagógica e administrativa	<ul style="list-style-type: none"> Horários elaborados tendo em conta o interesse dos alunos Boa organização – reconhecida pela Comunidade escolar Ligação estreita entre a direção e as chefias intermédias Valorização da direção de turma, cujo trabalho é muito estruturado 	<ul style="list-style-type: none"> Articulação nem sempre possível entre as chefias intermédias e os restantes docentes Lideranças intermédias em número e com funções insuficientes Nos últimos anos, corpo docente com importantes alterações anuais, que impedem um trabalho continuado Carência grave de assistentes técnicos, desde há muitos anos Diminuição preocupante do número de assistentes operacionais
Ambiente escolar – relação entre os membros da comunidade educativa	<ul style="list-style-type: none"> Sentido de pertença e de identificação com a Escola Reconhecimento de um bom clima de aprendizagem e segurança Boa comunicação informal entre os membros da comunidade, em particular, entre os docentes e entre estes e os encarregados de educação Excelentes instalações com diversidade de espaços Parque informático atualizado Bom relacionamento entre a direção e a comunidade educativa: professores, não docentes, discentes e encarregados de educação 	<ul style="list-style-type: none"> Alguma desmotivação do corpo docente Redução das expectativas do corpo discente relativamente à escola Diminuição, nos últimos anos, do trabalho colaborativo entre os docentes, apesar da melhoria sentida no presente ano letivo Inexistência de técnico de manutenção do parque informático Insuficiente divulgação interna e externa do trabalho desenvolvido (apesar das diversas vias já disponibilizadas para tal)
Cultura de autoavaliação	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação de resultados académicos para análise, imediatamente a seguir à divulgação das pautas Elaboração de relatórios críticos, anualmente, com impacto na planificação do ano letivo seguinte Constituição de uma equipa de autoavaliação, com tempo comum no horário 	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldade no envolvimento da comunidade na análise dos resultados obtidos, bem como na elaboração e aplicação dos planos de melhoria

2. Análise externa	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção da procura pelos discentes e respetivos encarregados de educação • Boa imagem na comunidade envolvente • Procura da escola como parceira para numerosos projetos, com repercussões positivas na formação dos nossos alunos • Possibilidade de acesso a inovações tecnológicas e sua aplicação na escola • Boas acessibilidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Constantes alterações de política educativa e, consequentes, alterações do quadro legislativo • Instabilidade no corpo docente • Diminuição da população discente, em consequência da diminuição da natalidade e da diminuição da população residente no Porto • Saída extemporânea de alguma legislação • Alteração do contexto económico da comunidade escolar • Medidas de contenção económica na educação • Dificuldade do envolvimento dos encarregados de educação no dia a dia escolar dos seus educandos

5. Para onde vamos?

5.1. A escola que queremos ser

UMA ESCOLA DE REFERÊNCIA E EXCELÊNCIA

- que seja um lugar de saber, onde a divulgação e a aplicação do conhecimento científico e das inovações tecnológicas vão a par com a educação ambiental e a defesa dos valores patrimoniais, da história, da língua e da cultura portuguesas;
- que promova a interligação dos saberes, adotando a cultura, na sua pluralidade, como valor universal;
- que valorize as competências inerentes ao desenvolvimento da socialização, nomeadamente, o empenho, o trabalho em equipa, a cooperação, o sentido de pertença, a responsabilidade e a autonomia;
- que cultive a diversidade de opiniões, o debate, as práticas de exercício de poder democrático e a tolerância, de acordo com o conceito de cidadania, de lei e de direitos humanos que tutelam os princípios fundadores das instituições europeias;
- que promova as boas práticas de ensino, pugnando pela permanente atualização e adaptação às exigências contextuais, do país, da União Europeia e do mundo globalizado;
- que fomente o ensino da arte e pela arte, a expressão artística e a formação estética;
- que ofereça oportunidades de prática de atividades físicas e desportivas diversificadas, favorecendo a adoção de estilos de vida ativos, numa lógica de promoção da saúde e de domínio de competências desportivo - motoras;
- que valorize o domínio das línguas estrangeiras, em particular as faladas no espaço europeu;
- que interaja com a comunidade, tornando-se referência local e nacional como lugar de ensino e aprendizagem para públicos variados e de modos diversos;
- que promova o intercâmbio e as relações institucionais com escolas e organismos culturais da Europa e do mundo;
- que cultive a qualidade de vida e o bem-estar de todos os que nela trabalham e estudam;
- que incentive e valorize o esforço individual e coletivo, o empenhamento e a busca da excelência;
- que caminhe em direcção a um futuro mais sustentável nos três pilares fundamentais: social, ambiental e económico.

5.2. Que caminho seguir

Equacionados à luz dos princípios e valores definidos anteriormente, enunciamos três finalidades:

- Estímulo ao desenvolvimento de uma identidade e cultura de escola que permita agregar toda a comunidade educativa;
- Abertura à inovação de práticas pedagógicas diferenciadoras e integradoras, que visem a permanente melhoria do sucesso educativo, para todos os alunos;
- Promoção de atitudes e valores que tornem os nossos alunos capazes de enfrentar uma sociedade em permanente mudança e que exige, de forma crescente, competências sociais que os capacitem para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

5.3. Educação para a Cidadania

Num contexto atual em que o futuro do planeta, em termos sociais e ambientais, depende da formação de cidadãos/ãos com competências e valores não apenas para compreender o mundo que os rodeia, mas também para procurar soluções que contribuam para um desenvolvimento sustentável e inclusivo, a componente de Cidadania e Desenvolvimento deverá estar embutida na própria cultura de escola – assente numa lógica de participação e de corresponsabilização de toda a comunidade. Esta componente assume-se, assim, como um espaço curricular privilegiado para o desenvolvimento de aprendizagens com impacto tridimensional na atitude cívica individual, no relacionamento interpessoal e no relacionamento social e intercultural. Sendo esta, uma escola marcada por um grande dinamismo e com uma forte aposta em projetos transdisciplinares e interdisciplinares que utilizam estratégias ativas indutoras nos alunos de experiências reais de vivência social e cívica, propõe-se a implementação da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento segundo uma abordagem integradora de toda a comunidade.

Assumindo, deste modo, que a Educação para a Cidadania é uma missão de toda a escola, consideramos que esta:

- decorre de práticas sustentadas no tempo e não de meras intervenções pontuais;
- está integrada no currículo, nas atividades letivas e não-letivas, nas práticas diárias da vida escolar e sua articulação com a comunidade;
- assenta em práticas educativas que promovem a inclusão;
- envolve alunos e alunas em metodologias ativas e oferece oportunidades de desenvolvimento de competências pessoais e sociais;
- envolve o trabalho em parceria com as famílias e as comunidades, criando novas relações com o meio envolvente e potenciando a articulação já existente entre a escola e os stakeholders desta;
- está alinhada com as especificidades de alunos/as e as prioridades da comunidade educativa;
- apoia-se na monitorização e avaliação de forma a garantir efetividade e participação.

5.4. Educação Inclusiva

Sendo a Educação uma das circunstâncias que mais contribui para o desenvolvimento de uma sociedade, deverá ser entendida, hoje, mais do que nunca, como inclusiva e, por isso, ser uma prioridade e um desafio. Assim, ao falarmos de educação inclusiva, teremos que pensar desde logo nas diferenças que todos e cada aluno apresentam e na necessidade de intervenções tão diversas quantas as diferenças, para que o sucesso não seja uma utopia, mas antes uma realidade possível, ainda que por trajetos, por vezes difíceis, diversos e com ritmos diferentes.

Deste modo, a Escola Secundária Filipa de Vilhena define a sua visão de educação inclusiva preconizada pelo Decreto-Lei n.º54/2018, de 6 de julho, já que “Estamos todos convocados!”:

- para, no princípio da igualdade de oportunidades, contribuir para uma escola de qualidade para todos, independentemente das diferenças de cada um;
- para a promoção de uma educação e de uma escola inclusivas que visem o combate à discriminação e eliminem as barreiras, respeitando a diversidade, permitindo a todos os alunos o desenvolvimento do seu máximo potencial;
- para promover cada vez mais o envolvimento dos encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos;
- para fomentar a solidariedade, a autonomia, a tolerância entre cada um e entre todos;
- para gerar condições para o desenvolvimento profissional do corpo docente e não docente;
- para proporcionar diferentes opções metodológicas através do desenho universal para a aprendizagem (DUA) e pela abordagem multinível no acesso ao currículo com foco no aluno e num continuum de ações, estratégias e medidas organizadas em três níveis de intervenção: universais; seletivas e adicionais.
- no final, para sonhar que é possível integrar incluindo.

5.5. Plano de internacionalização

Na sequência de alguns projetos internacionais que têm sido desenvolvidos pela Escola nos últimos anos, é importante que seja definido um conjunto de princípios orientadores e objetivos gerais relativos à concretização de futuros projetos de colaboração ou parceria com entidades internacionais. Assim, neste âmbito consideramos que nos devemos reger pelos seguintes princípios:

- o conhecimento de novas realidades é fundamental para a inserção numa sociedade e numa economia cada vez mais globalizadas;
- o sucesso não é produto do isolamento mas da interação e da cooperação e não se mede apenas por critérios de eficácia mas também de criatividade e de inovação;
- conhecer diferentes culturas e diferentes línguas é uma mais-valia formativa, educacional e cívica que potencia o sucesso, a criatividade e a inovação;
- as experiências de contacto com outros povos potenciam o desenvolvimento de *soft skills*, o respeito mútuo e o conhecimento/prática dos direitos humanos.

Os nossos objetivos gerais são:

- alargar as oportunidades dos nossos alunos, proporcionando-lhes experiências educativas de colaboração e de intercâmbio com jovens de outros países;
- proporcionar aos nossos professores e assistentes possibilidades de formação através da realização de parcerias e de ações de formação que integrem participantes de diferentes países;
- colaborar com instituições internacionais dedicadas à formação e à educação ou que desenvolvam atividades que possam constituir desafios enquadráveis no âmbito deste Projeto Educativo.

5.6. Instrumentos operacionalizadores

Em conformidade com os objetivos definidos, considera-se prioritário a elaboração de documentos estruturantes que, em articulação com este Projeto Educativo, contribuem decisivamente para o desenvolvimento do Plano de Ação dos Órgãos de Gestão Pedagógica:

- Plano Anual de Atividades: integra ações educativas propostas pelos departamentos, grupos de recrutamento, conselhos de turma, bem como outros projetos desenvolvidos na escola pelas diferentes estruturas;
- Regulamento Interno: conjunto de normas que regula o funcionamento da comunidade educativa.

Ainda no Projeto Educativo são considerados dois anexos de enorme importância para a missão e objetivos que nos propomos alcançar:

- Anexo 1: integra as estratégias de desenvolvimento do currículo nacional, interpretando-o em função do contexto da escola;
- Anexo 2: contém, em atualização permanente, o levantamento de dados obtidos pelo grupo de avaliação interna e que, após reflexão de toda a comunidade escolar, podem permitir o reajustar do caminho que nos propomos seguir.

O trabalho dos Conselhos de Turma é de especial importância e, por isso, as atas das reuniões que vão ocorrendo ao longo do ano, devem traduzir a reflexão sobre a globalidade da turma e sobre casos específicos na mesma, integrando as decisões relativas à adaptação do currículo e à definição de atividades/estratégias educativas para a realidade específica de cada turma e de cada aluno.

- Estratégia da Escola para a Cidadania e Desenvolvimento – documento orientador da operacionalização da Cidadania e Desenvolvimento no 3.º ciclo e ensino secundário.

6. Plano global de ação estratégica para os próximos anos

Para nos direcionarmos a caminho da Escola “que queremos ser”, definimos para um conjunto de domínios de intervenção a privilegiar, os objetivos estratégicos/metasp que pretendemos ver alcançados e as ações gerais a desenvolver, constituindo tudo isto o Plano Global de Ação Estratégica.

6.1. Domínios de intervenção a privilegiar, metas, objetivos estratégicos e ações a desenvolver

Domínio de intervenção 1 - Ensino-aprendizagem e educação para a cidadania		
Meta	Promover o sucesso escolar, visando situar no ensino secundário a taxa de sucesso entre os 85 e 88 % e a taxa de sucesso no ensino básico entre os 93 e 95%	
Objetivo estratégico	Ações gerais a desenvolver	Observações
- Aumentar e diversificar a formação global dos alunos, fomentando a solidariedade e a cidadania responsável	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio e estímulo ao desenvolvimento de projetos de experimentação e inovação pedagógicos, que se constituam como promotores de novas aprendizagens e se insiram no Projeto Educativo • Concretização, anual, dos procedimentos eleitorais tanto para a eleição de alunos delegados, como de representantes no Conselho Geral e na Associação de Estudantes, tendo como objetivo a aprendizagem do exercício da cidadania • Realização de reuniões periódicas com os alunos delegados para troca de informações/problemas soluções, que deverão ser, posteriormente, participadas às respectivas turmas • Promoção do mérito, tanto académico quanto na vertente das atitudes 	A formação global dos alunos, promovendo/integrando atividades e projetos, só pode ser valorizada se considerarmos que esta permite o desenvolvimento, em cada aluno, de competências que o capacitarão para as diferentes vertentes da sua vida: pessoal, académica e social

<p>- Envolver os diferentes órgãos de supervisão pedagógica na definição de estratégias pedagógicas e de avaliação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de rotinas na organização escolar, planificando e estruturando o trabalho dos diferentes órgãos, de modo a que o trabalho pedagógico conjunto permita o encontrar das melhores estratégias de promoção e avaliação de aprendizagens • Análise de resultados, em Conselho de Turma (CT) e em Grupo de Recrutamento (GR), e, com base nas conclusões, elaboração e explicitação de estratégias concretas. 	<p>A existência de dois tempos semanais para articulação, planificação e reflexão em GR deverá ser mais estruturada e planificada</p> <p>A ausência de formação nos últimos anos, facto que parece se inverterá no próximo ano, não possibilitou outros momentos de reflexão conjunta sobre as práticas docentes, que facilitem a adaptação a realidades que anualmente se vão alterando</p>
<p>- Repensar a avaliação dos alunos, valorizando-a como uma forma de apoiar as aprendizagens e não só como medição de aprendizagens</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da reflexão acerca dos critérios de avaliação gerais e específicos em departamento curricular (DC) e em GR, envolvendo todos os órgãos • Estimulo à implementação de práticas diversas de avaliação • Implicação dos DC e, em especial, dos GR, no final de cada período, na análise da aplicação dos critérios gerais e específicos • Obrigação clara de explicitação, ao aluno, e, eventualmente ao EE, da aplicação dos dados de avaliação, tanto aquando da aplicação de cada instrumento de avaliação como aquando da classificação final de cada período 	<p>A avaliação tem estado muito condicionada pela exigência de prestação de provas externas. Não deixando esta de ser uma enorme preocupação para todos os envolvidos, o centrar toda a atividade no desempenho académico, acaba por se tornar um fator promotor da diferenciação social e não da equidade</p>
<p>- Apoio na escolha dos percursos pedagógicos dos alunos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento do processo de orientação vocacional a todos os alunos de 9.º ano que o pretendam • Levantamento de todos os casos de insucesso na formação específica, no ensino secundário, em todos os períodos, e atuação em conformidade, articulando com os respetivos EE e o diretor de turma • Promoção de ações que apoiem os alunos nas suas opções futuras, seja no ensino secundário, no ensino superior ou na entrada no mundo do trabalho 	<p>Esta área tem sido crescentemente melhorada mas a ausência de um técnico de psicologia a tempo inteiro não tem permitido um trabalho mais consistente</p>

<p>- Envolver os Pais/EE na melhoria dos percursos de aprendizagem dos seus educandos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Concretização de reuniões em vários momentos do ano lectivo, com a globalidade dos EE, com EE de cada turma e com pais delegados • Valorização do papel dos pais delegados, apoiando a divulgação do modo de contactos, já existente, para uma melhor comunicação entre todos 	<p>Os EE deslocam-se à escola essencialmente em momentos formais ou ao atendimento com o diretor de turma. Na verdade, a taxa de participação nos momentos anteriormente referidos é bastante significativa. Contudo, seria útil maior interação com a escola</p>
Meta	Promover o cumprimento do Regulamento Interno, incrementando condutas adequadas nos alunos, visando não exceder, em cada ano, o número de 20 processos disciplinares e minimizando a gravidade das ocorrências disciplinares	
Objetivo estratégico	Ações gerais a desenvolver	Observações
<p>- Acordar normas de atuação, de toda a comunidade escolar, face a problemas de carácter disciplinar e promover a sua aplicação concertada</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Uniformização de critérios de atuação dos professores e assistentes operacionais face a problemas de carácter disciplinar • Divulgação e clarificação das normas a todos os discentes 	<p>Tendo consciência que não podemos padronizar rigidamente ações/reações no que se refere ao comportamento, a clarificação das condutas que promovem um ambiente de educação adequado será um ponto de partida muito importante</p>
<p>- Atuação face a problemas de comportamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Atuação rápida, mas ponderada, aquando de comportamentos inadequados dos alunos • Reestruturação do Gabinete de Tutoria e avaliação periódica, pelo grupo de avaliação interna, dos casos observados e do impacto nas suas condutas futuras • Envolvimento dos pais/EE para uma atuação conjunta com a escola nas situações de indisciplina dos seus educandos 	<p>Numa instituição com tantos alunos, de idades tão variadas, haverá sempre situações de incumprimento do regulamento interno. A minimização destas situações exigirá respostas prontas da Escola, atuando no momento, dando espaço para ouvir e para aplicar as medidas consideradas indispensáveis. Será imprescindível que os EE apoiem e valorizem a importância do cumprimento de regras que permitam saber viver em sociedade</p>

<p>-Fomento da solidariedade e da cidadania responsável</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo e apoio, através do Gestor de Projetos, a atividades no âmbito da Educação Ambiental, da Educação para o Consumo, da Educação para a Higiene e Segurança, da Educação Cívica e da Formação Financeira, entre outras que se considerem contribuir para a formação de cidadãos responsáveis e críticos • Articulação com a Associação de Estudantes visando o apoio no desenvolvimento de iniciativas mobilizadoras dos alunos • Promoção de campanhas de solidariedade dinamizadas pelos próprios alunos, pela comunidade local ou nacional • Continuação do projecto iniciado este ano de tutorias aluno-aluno, valorizando a interajuda 	<p>À interiorização das atitudes mais adequadas a uma vida em sociedade será incrementada pela valorização do papel de todos e de cada aluno em particular na sociedade</p>
---	---	---

Domínio de intervenção 2 – Organização/dinâmica curricular, pedagógica e administrativa		
Objetivo estratégico	Ações gerais a desenvolver	Observações
- Promover a eficácia do funcionamento das estruturas pedagógicas	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação continuada entre os diferentes órgãos de supervisão pedagógica, criando processos regulares de interligação, nomeadamente, conselho pedagógico (CP), DC e RG • Melhoria das dinâmicas de direção de turma, promovendo momentos de reflexão conjunta e aumentando as dinâmicas de coordenação • Reforço do papel do conselho de turma como órgão de deteção de problemas e dificuldades, reflexão e esboço de estratégias de atuação e consecução dessas mesmas estratégias • Definição, em Regulamento interno, das funções do Grupo de recrutamento e do seu representante, visando a clarificação do trabalho a desenvolver por este órgão • Dinamização da Gestão de Projetos 	A ação dos diferentes órgãos terá que se tornar menos formal e rotinada e mais reflexiva, articulada e inovadora
- Promover o trabalho colaborativo e a partilha pedagógica entre docentes	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização das Atividades de Coordenação Pedagógica na sua vertente de partilha e colaboração entre docentes • Incentivo ao trabalho interdisciplinar, nomeadamente, através do trabalho desenvolvido pelos DC • Promoção da utilização da plataforma online para contacto mais frequente entre os elementos dos conselhos de turma, com vista à resolução mais rápida dos problemas • Aumento do envolvimento das lideranças intermédias na construção de uma cultura colaborativa 	Mais uma vez reforço a importância dos docentes adotarem uma visão global de escola, provendo efetivo trabalho colaborativo, de partilha e de apoio

<p>- Planear a organização curricular</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tendo em atenção as alterações legislativas que ocorrem todos os anos, reforço das diferentes modalidades de apoio • Manutenção dos dois tempos não letivos para desenvolvimento de Atividades de Coordenação Pedagógica • Articulação de práticas letivas ao nível dos conselhos de turma • Articulação de diferentes níveis de escolaridade, nomeadamente, através da intervenção do conselho pedagógico • Redução do número de alunos por turma, dentro do quadro legal • Disponibilização dos recursos pedagógicos de forma equitativa 	<p>Os apoios a implementar, num determinado ano, devem decorrer da análise crítica feita no final do ano letivo anterior mas também do diagnóstico efetuado no início do ano.</p> <p>A intervenção dos Conselhos de Turma e do Conselho Pedagógico deverá ser reforçada no que se refere à articulação horizontal e vertical</p>
<p>- Aumentar a eficácia da gestão administrativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção e melhoria dos mecanismos de controlo interno na área financeira • Continuação da gestão de recursos visando a melhoria das condições dos alunos • Simplificação de procedimentos organizacionais • Maximização da obtenção de receitas próprias, nomeadamente, através do aluguer de instalações • Melhoria da qualidade da oferta no bufete e nas máquinas de vending, tendo sempre presente a necessidade de evitar que os alunos saiam da Escola para consumir alimentos no exterior • Prática, no bar, de preços com margem muito reduzida em determinados alimentos para estimular consumos saudáveis 	<p>Com todas as condicionantes em termos de recursos humanos e da complexa “teia” de processos administrativos que crescentemente são solicitados à gestão das escolas, estaremos neste momento preocupados em melhorar procedimentos nestas áreas</p>

Domínio de intervenção 3 – Ambiente escolar – relação entre os membros da comunidade educativa		
Objetivo estratégico	Ações gerais a desenvolver	Observações
- Criar um ambiente de trabalho pautado pela segurança, respeito, pela partilha e pela cooperação	<ul style="list-style-type: none"> • Procura de melhoria das condições de trabalho para todos os funcionários, ouvindo o máximo possível os próprios • Promoção do bom funcionamento dos serviços • Corresponsabilização os alunos na gestão dos espaços da escola • Reconhecimento formal e informalmente do desempenho de cada um • Articulação com a Associação de Estudantes visando o apoio no desenvolvimento de iniciativas mobilizadoras dos alunos para a conservação do espaço escolar e desenvolvimento de atitudes consonantes com o nosso regulamento interno • Promoção da segurança interna • Incentivo ao cumprimento das normas de segurança e higiene no trabalho 	A Escola Secundária Filipa de Vilhena tem sido reconhecida pelo seu ambiente calmo e seguro. Para a manutenção deste ambiente devem ser chamados todos os atores escolares, pedindo responsabilidade mas, também, procurando criar as condições necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho
- Incrementar a comunicação entre membros da comunidade escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a comunicação/informação, promover o trabalho colaborativo entre todos, cultivando a qualidade de vida e o bem-estar de todos os que nela trabalham e estudam 	Nos últimos anos, tem havido uma preocupação em encontrar formas diversificadas de promover a comunicação entre os diferentes membros da comunidade escolar. Contudo, há ainda um caminho a percorrer, frisando e clarificando as vantagens e, com isso, estimulando o uso das diferentes vias já criadas

Domínio de intervenção 4 – Cultura de autoavaliação		
Meta	Conseguir elaborar anualmente o relatório de autoavaliação e o, conseqüente, plano de melhoria	
Objetivo estratégico	Ações gerais a desenvolver	Observações
- Envolver a comunidade educativa numa avaliação sistemática de todas as áreas do Projeto Educativo	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de uma cultura da reflexão crítica e de avaliação sistemática, envolvendo todos os órgãos, num efetivo debate sobre a análise efetuada durante o ano e delineando planos de melhoria para o ano seguinte • Encontro de momentos para refletir acerca dos sucessos e/ou insucessos, com vista a uma permanente procura da melhoria da qualidade • Criação do Grupo de avaliação Interna, com horário de trabalho e projeto definido anualmente 	O investimento na autoavaliação poderá ser, efetivamente um caminho para a melhoria da qualidade da escola. Haverá que trabalhar durante todo o ano, criando os instrumentos necessários para averiguar fragilidades, pontos fortes, para monitorizar desempenhos visando encontrar percursos que conduzam à melhoria pretendida. Porém, nem sempre é fácil envolver toda uma comunidade na procura desse caminho comum

Domínio de intervenção 5 – Formação de pessoal docente e não docente		
Objetivo estratégico	Ações gerais a desenvolver	Observações
- Definir e implementar um plano de formação para o pessoal docente e não docente	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de formação do pessoal docente e não docente, sempre que possível na nossa escola, indo ao encontro das necessidades sentidas • Disponibilização espaços e recursos para formação • Incentivar a formação de pessoal docente e não docente • Cooperação com o Centro de Formação Guilhermina Suggia e com outras entidades, sugerindo formação de acordo com as necessidades sentidas • Estímulo à partilha de saberes entre pares, numa perspetiva de enriquecimento profissional, pessoal e relacional 	Em grande parte, em consequência dos inúmeros constrangimentos que têm ocorrido para o desenvolvimento de um Plano de Formação eficaz e coerente, as necessidades de formação estão a ser crescentes e estão devidamente sinalizadas. Haverá, pois, que encontrar as soluções possíveis, em cada momento, para dar a melhor resposta.

7. Como avaliamos os resultados

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido ao longo de vários anos, é necessário reforçar dispositivos de avaliação que permitam que os diferentes atores da comunidade educativa melhorem o conhecimento sobre a sua própria atuação e, que, essencialmente, partindo desse conhecimento, consigam melhorar as suas práticas. A avaliação do Projeto Educativo será concretizada no contexto da avaliação interna da Escola, promovendo a autoavaliação baseada no diagnóstico do desempenho organizacional, numa perspetiva de melhoria contínua.

Para este fim, a equipa de avaliação interna tentará, adotando olhares variados e perspetivas complementares, tornar a avaliação interna numa prática interiorizada e produtiva.

A essa equipa caberá criar instrumentos de verificação diversos (pequenos questionários, relatórios, atas e registos de opinião, tratamento quantitativo e qualitativo de dados), de modelo pragmático, simples e preciso, desencadeando procedimentos ágeis e constantes, de uso habitual e periódico, que permitam às estruturas próprias valorizar as boas práticas e corrigir outras menos boas através da elaboração de planos de melhoria. Outra das tarefas será a de coligir os dados para aferição dos objetivos definidos e divulgá-los periodicamente. Com base na interpretação desses dados, a equipa deverá apresentar os resultados à comunidade escolar e fazer recomendações consideradas pertinentes.

A divulgação dos dados recolhidos através da monitorização e da avaliação será efetuada a partir da Página da Escola, dos Departamentos Curriculares e de outros meios que se julguem adequados.

Como o Projeto Educativo assenta em parâmetros de eficácia, coerência, pertinência, prestação de contas e divulgação de boas práticas, só é possível verificar se este obedece a esses parâmetros através de uma avaliação anual numa vertente, qualitativa e quantitativa.

A avaliação quantitativa focar-se-á na análise e reflexão, relativas:

- 1) aos resultados escolares;
- 2) à eficácia dos planos de ação e das medidas implementadas;
- 3) às limitações materiais, orçamentais e organizacionais.

A avaliação qualitativa será operacionalizada através da recolha e reflexão crítica acerca das informações referidas em diferentes documentos. Os diversos atores deverão ser consultados e, através dos órgãos próprios, dar a conhecer as conclusões resultantes dessa mesma reflexão.

Relativamente às diferentes áreas de intervenção, a avaliação organizar-se-á da seguinte forma:

Domínios de intervenção	Instrumentos de avaliação: quantitativa e qualitativa	Momento da avaliação
1 - Ensino-aprendizagem e educação para a cidadania	<ul style="list-style-type: none"> - Tratamento estatístico de dados sobre resultados de avaliação interna e externa e cujos parâmetros fazem parte da análise constante do anexo 2 deste Projeto Educativo - Levantamento estatístico do nível de conflitualidade através da análise dos problemas de comportamento, desde menções em atas até processos disciplinares - Frequência da Biblioteca/Centro de Recursos Educativos pelos alunos - Envolvimento dos alunos nos diferentes projetos - Taxa de participação dos EE em reuniões formais - Percentagem de alunos que solicitaram a orientação ou reorientação vocacional e a quem foi dada resposta 	No final de cada período e do ano letivo

Domínios de intervenção	Instrumentos de avaliação: quantitativa e qualitativa	Momento da avaliação
2 - Organização/dinâmica curricular, pedagógica e administrativa	- Análise dos relatórios críticos anuais da atividade das estruturas intermédias de gestão – diretores de turma, coordenadores de departamento e representantes de grupo de recrutamento - Análise dos relatórios críticos de atividade dos coordenadores dos diferentes Projetos	No final do ano letivo
3 - Ambiente escolar – relação entre os membros da comunidade educativa	- Inquéritos a realizar aos diferentes atores - Levantamento da utilização da plataforma online	
4 - Cultura de autoavaliação	- Elaboração de um relatório de autoavaliação anual e por período relativo a uma análise dos resultados escolares - Envolvimento de todos os membros da comunidade educativa na análise dos relatórios	Ao longo do ano letivo
5 - Formação de pessoal docente e não docente	- Análise da resposta dada às necessidades de formação identificadas por docentes e não docentes	No final de cada ano letivo

8. Conclusão

Para cumprir o que nos propomos, pretendemos continuar e incrementar uma cultura que, assumindo os valores definidos e aceites pela maioria, tem contribuído para criar uma escola com “alma” e características próprias que a tornam numa Escola com identidade. Esta cultura tem por base o diálogo permanente entre todos os elementos da comunidade escolar e entre estes e os encarregados de educação, assim como com a restante comunidade educativa. Uma grande abertura no sentido da inovação contínua e sistemática, uma cultura de diversidade, de implicação, de envolvimento, por rejeição da cultura da homogeneidade e do isolamento, são os suportes das nossas práticas.

Em suma:

A escola tem que ser “uma organização que aprende”, com capacidade para melhorar continuamente, para atuar sobre as aprendizagens dos alunos e a sua formação cívica, para interagir com a vida profissional do pessoal docente e não docente e para induzir o desenvolvimento de Projetos e de boas práticas. Só com a participação crítica de toda a comunidade educativa será possível levar a cabo a missão, a visão e os valores definidos no nosso Projeto Educativo que concorrem para a efetiva busca da melhoria e da qualidade.

(Lurdes Ruivo)